

## O Naturalismo e a moral ou o poder da literatura

Maria Helena Santana<sup>1</sup>

Universidade de Coimbra/ Centro de Literatura Portuguesa

**Resumo:** A promoção dos valores familiares é uma importante injunção ideológica dos escritores naturalistas, em particular os de filiação positivista. No entanto, intenção e prática literária nem sempre coincidem de forma evidente: o debate sobre a moralidade dos romances dividiu críticos e romancistas, constituindo uma arma de acusação e de defesa em que todos têm argumentos válidos. Para o leitor atento, o que sobressai é o relativismo conceptual da moral, sobretudo quando está em causa a fragilidade “natural” feminina. Discutimos esta problemática recorrendo a textos de autores franceses, portugueses e brasileiros onde se coloca em questão o poder social da literatura.

**Palavras-chave:** Naturalismo. Moral. Família. Natureza feminina.

### Introdução

Num estudo de referência sobre a vida privada no século XIX, Michelle Perrot (1990) explica a construção ideológica de um alto conceito de família em torno do qual gravitarão os discursos dos políticos, dos moralistas, dos intelectuais e cientistas. Considerava-se a instituição familiar um esteio da sociedade moderna e os agravos contra ela atentados ao progresso civilizacional. Conservadores ou progressistas, todos convergem na vigilância dos costumes domésticos, principal garantia da moral social. Por essa razão, os casais e a educação das crianças estarão cada vez mais no centro das atenções: os puritanos defendem os valores da “castidade” conjugal em nome da moral cristã; já nos setores mais avançados da época (vindos sobretudo da filosofia positivista), a insistência na fidelidade dos cônjuges justifica-se por razões de ética cívica e de higiene social:

A família é assim submetida a movimentos contraditórios. Por um lado, os papéis que constantemente se lhe descobrem ou atribuem acentuam a sua densidade, a sua força, os seus poderes, e levam-na a fechar-se sobre os seus

---

<sup>1</sup> Professora auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e coordenadora do Grupo de investigação “Património Literário” do Centro de Literatura Portuguesa. Doutorou-se em 2001, na mesma Universidade, com uma tese sobre *Literatura e Ciência na ficção do século XIX. A narrativa naturalista e pós-naturalista portuguesa* (publicada na Imprensa Nacional /Casa da Moeda em 2007). Tem-se dedicado à narrativa moderna e contemporânea, em particular ao romance do século XIX. É autora das edições críticas de *Textos de Imprensa VI*, de Eça de Queirós (1995), *O Arco de Sant’Ana*, de Almeida Garrett (2005) e coautora de *Fragmentos Romanescos de Almeida Garrett* (2015). Coeditou volumes de ensaios - *O Melodrama-I*, (C.L.P., 2006), *Alexandre Herculano - O Escritor. Antologia* (I.N.C.M., 2010), *O Século do Romance* (CLP, 2013). Colaborou, entre outros trabalhos, no vol. III da *História da Vida Privada em Portugal* (época contemporânea).

terríveis segredos. (...) Por outro lado, a consciência crescente do lugar que a família tem no xadrez demográfico e social conduz o poder – filantropos, médicos, Estado – a envolvê-la de solicitude, a querer desvendar os seus mistérios e a penetrar na fortaleza (PERROT, 1990, p. 116).

Estes tipos de preocupações tendem a materializar-se num discurso centrado na transgressão sexual que tem o seu ponto focal na burguesia. À primeira vista, pareceria mais produtivo fustigar a aristocracia libertina ou o povo urbano sem princípios; mas são as classes intermédias, pela sua própria dinâmica ascendente, as que mais convém disciplinar: trata-se, em grande medida, da autoafirmação de uma classe – em que se inclui a maioria dos ideólogos e dos leitores – que aspira a tornar-se dirigente e a apresentar-se como modelar.

Querendo estar do lado certo da História, os escritores naturalistas adotaram idêntico discurso ético para enquadrar os romances em que denunciam as disfunções familiares. Promoviam, assim, o poder da literatura, atribuindo à sua própria escrita a capacidade de intervir na regulação social. Defender a “limpeza” dos costumes não implica, para esses autores, o catecismo cristão nem a salvação da alma: faz parte de um programa que tem por fundamento a morigeração da família, pilar laico em que assentava a doutrina social do Positivismo. Citando ainda Perrot: “Templo da sexualidade comum, a família nuclear erige normas e desqualifica as sexualidades periféricas. O leito conjugal é o altar das celebrações legítimas” (PERROT, 1990, p. 115). Nas páginas que se seguem procurar-se-á refletir sobre alguns tópicos privilegiados pelos escritores deste período (as décadas de 70 a 90 do século XIX) em França, em Portugal e no Brasil.

### **O adultério burguês: a discussão**

Uma das principais campanhas ideológicas do naturalismo polarizou-se, como é sabido, no adultério, tema predileto dos romances da segunda metade de Oitocentos. O seu objetivo consiste em precaver os leitores contra os perigos que ameaçam os espíritos mais vulneráveis, em particular as jovens mulheres, representando-os em situações ficcionais. Que perigos são esses? O assédio masculino é apontado como fator de desmoralização em todos os níveis sociais, bem como a influência nociva de figuras tutelares, como parentes e padres lascivos. Nas classes inferiores, relevam-se as circunstâncias sociais – a orfandade ou desamparo dos pais, o pauperismo, o ambiente desregrado dos bairros proletários, a exploração sexual; nas classes mais elevadas, a ameaça reside, ao contrário, na própria estrutura de conforto em que as raparigas (futuras mães) são educadas: as más influências dos colégios, das amigas, das leituras

românticas; no caso de serem casadas, culpa-se a cultura idealista do amor, a ambição social, a ociosidade.

Como todos os estudiosos do Naturalismo constatam, a grande maioria das histórias de adultério tem um gênero (feminino), e essa prevalência tem outra razão de ser: segundo observa David Baguley, o motivo da ‘queda’ da mulher é central à poética naturalista por consequência da sua fraqueza “natural”, embora o tema seja quase sempre ocultado na teorização produzida pelos autores:

A falha estava no corpo, no corpo da mulher, que foi associado ao corpo social e ao corpo político, numa sociedade cujas convenções confinavam a mulher ao papel de guardiã da sua ordem, pois sua inviolabilidade devia ser preservada tanto mais diligentemente quanto sua potencialidade destrutiva tornava-se cientificamente demonstrável. (...) Uma explicação comum (...) aponta para o fato de que os escritores naturalistas (e os cientistas, é claro) eram do sexo masculino e, em alguns casos, não disfarçavam sua misoginia (BAGULEY, 1990, p. 103-104, tradução da autora).

O interesse pela intimidade feminina tem, assim, uma caução paternalista que legitima as incursões melindrosas no campo do imaginário e do desejo indevido; este tornara-se o assunto romanesco por excelência a partir dos anos 60, após a publicação de *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert (1821-1880), a que se seguiram, anos mais tarde, outras obras emblemáticas, como *Germinie Lacerteux* (1865), dos Irmãos Jules (1830-1870) e Edmond de Goncourt (1822-1896), e *Nana* (1880), de Émile Zola (1840-1902). As protagonistas – respetivamente, uma provinciana burguesa, uma empregada doméstica e uma “cocote” parisiense – ilustram a transgressão dos códigos morais em diferentes graus da sociedade, mas, curiosamente, foi a menos ousada, Emma Bovary, aquela que maior impacto teve e maior rasto de influência deixou no Naturalismo europeu.

Flaubert, deve realçar-se, nunca se quis integrar dentro de uma “escola” literária, nem concebeu a sua magnífica obra com intuítos pedagógicos: foi Zola, teorizador do romance naturalista, quem assim a leu e classificou, elegendo o autor como precursor do movimento.<sup>2</sup> São conhecidas as suas palavras apologéticas: “A primeira característica do romance naturalista, do qual *Madame Bovary* é o tipo, é a reprodução exata da vida, a ausência de todo elemento romanesco. (...) Trata-se da vida real apresentada num quadro admirável de estilo” (ZOLA, 1995, p. 96). Zola realça neste texto duas outras características maiores da poética do naturalismo, a saber: a qualidade humana (normal, não heroica) das personagens e o estilo

---

<sup>2</sup> O seu estudo intitulado “Gustave Flaubert”, integrado no volume *Du Roman*, constitui uma importante teoria do romance naturalista; foi publicado fragmentariamente em diversos periódicos russos e franceses entre 1875 e 1880, data da morte de G. Flaubert (Cf. MITTERAND, 1989).

impessoal e neutro da narração. Incidindo na autenticidade da representação, o escritor esclarece:

[...] Mme Bovary, tão individual, vivendo tão ardentemente a sua própria vida, é um tipo geral. Encontramo-lo em todos os lugares na França, em todas as classes, em todos os meios. Ela é a mulher deslocada, descontente com o seu destino, mimada por um sentimentalismo vago, desviada do seu papel de mãe e esposa. É ainda a mulher forçosamente votada ao adultério. Enfim, ela é o próprio adultério, a infidelidade inicialmente tímida, poética, em seguida triunfante, crescente (ZOLA, 1995, p. 110-111).

Ao afirmar que Emma representa um “tipo geral”, o escritor normaliza um perfil e um comportamento, institui um modelo feminino com base na esposa burguesa descontente com o seu destino. Ora, o grande interesse dos romancistas focar-se-á precisamente neste grupo específico – o das mulheres casadas, jovens ainda e de boa condição – aquele que melhor conhecem e que mais potencial romanesco promete despertar. Por outro lado, importa-lhes revelar um aspeto pouco conhecido desse mundo: no pacato ambiente do lar burguês germinam vícios insuspeitos que vêm à luz do dia nas páginas dos romances: maridos levianos e desleixados, mas, sobretudo, esposas aparentemente felizes que escondem frustrações e desejos suscetíveis de provocar a curiosidade dos leitores (e das leitoras).

Há, portanto, razões ideológicas, mas também de oportunidade, por parte dos autores que elegem esta temática: todos sabem que o pequeno escândalo doméstico rende bem. Esta cedência ao mercado ou, pelo menos, à publicidade, marcou muito a recepção dos romances naturalistas que, na altura, foram normalmente percebidos como imorais. No meio literário as opiniões dividem-se quanto à eficácia social das obras. Em Portugal, quando Eça de Queirós (1845-1900) publicou *O primo Basílio* (1878), várias foram as perplexidades vindas de reconhecidos homens de letras que tinham apreciado o vigor crítico de *O crime do padre Amaro* (1875): o amigo Ramalho Ortigão (1836-1915) “corou” com as cenas de adultério; o colega brasileiro Machado de Assis (1839-1908) fulminou o romance numa revista, chegando a acusar Eça de obsessão com a sexualidade;<sup>3</sup> e Teófilo Braga (1843-1924), uma voz respeitada do setor positivista, manifestou forte discordância face à escolha do tema. Vale a pena acompanhar o ponto sensível da discussão entre ambos, já que tinham estado, no passado, empenhados na luta pela “arte revolucionária”:<sup>4</sup>

<sup>3</sup> “Parece que o Sr. Eça de Queirós quis dar-nos na heroína um produto da educação frívola e da vida ociosa; não obstante, há aí traços que fazem supor, à primeira vista, uma vocação sensual. A razão disso é a fatalidade das obras do Sr. Eça de Queirós – ou, noutros termos, do seu realismo sem condescendência: é a sensação física.” Machado de Assis (pseud. Eleazar), “Eça de Queiros: O Primo Basílio”, in *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16/4/1878. Reproduzido em *A Actualidade*, Porto.

<sup>4</sup> Teófilo Braga foi um dos defensores da chamada “escola nova” durante a “Questão Coimbrã”, em 1865, mas viria a afastar-se do grupo de amigos a que pertenceu Eça de Queirós.

Para que o realismo seja a forma definitiva da Literatura positiva, é necessário que além da verdade da forma ou expressão, sirva com essa verdade uma concepção, enfim o intuito de uma sociedade que procura as vias do seu aperfeiçoamento. Sem este intuito a obra de arte ou de literatura, por mais que copie a realidade, há de ser sempre transitória e caduca (...).

Nesse primeiro romance [*O Crime*] Eça de Queirós cumpre a missão do talento, como que obedece a um destino. *O Primo Basílio* entra na família, e desvenda-nos o seu fraco equilíbrio. Mas a família é uma instituição eterna; cumpre fortifica-la e não dissolvê-la (BRAGA, 1892, p. 301; 322).<sup>5</sup>

Ressalvando os méritos literários do autor, Teófilo não concorda com a escolha do alvo (a família), embora acabe por reconhecer que, apesar de tudo, há uma tese implícita no livro: “A morte profundamente trágica da mulher que esqueceu o dever, e a frase cínica com que é apreciado o seu sacrifício e com que finaliza o romance do *Primo Basílio*, dão-nos a intenção plena de Eça de Queirós”.

Eça ressentiu-se da crítica e respondeu diretamente à questão levantada:<sup>6</sup>

[...] mas eu não ataco a família – ataco a família lisboeta – a família lisboeta produto do namoro, reunião desagradável de egoísmos que se contradizem, e mais tarde ou mais cedo centro de bambochata. *O Primo Basílio* apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa: a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo já a não tem; sanção moral da justiça, não sabe a que isso é), arrasada de romance, lírica, sobre-excitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim do casamento peninsular que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, etc., etc. – enfim, a *burguesinha da Baixa*; por outro lado o amante – um maroto, sem paixão nem a justificação da sua tirania, que o que pretende é a vaidadezinha de uma aventura, e o amor *grátis*. (...) Uma sociedade sobre estas falsas bases, não está na verdade: atacá-las é um dever. E neste ponto *O Primo Basílio* não está inteiramente fora da arte revolucionária, creio (apud CASTILHO, 1983, p. 133-7).

De resto, Teófilo Braga tinha acertado na ressalva final, quando aludia à tese implícita da obra: como poderá acusar-se de desvio ético o escritor que denuncia os perigos do amor ilegítimo e que “castiga” os amantes (ou pelo menos *a adúltera*) no final do seu romance? Como já temos argumentado em anteriores trabalhos (SANTANA, 2007, p. 169-174), há uma duplicidade nesta atitude defensiva: o escritor resguarda-se da crítica invocando os valores da boa consciência burguesa, ao mesmo tempo que põe em causa esses supostos valores. A família “normal”, segundo parece deduzir-se do enredo e da carta de Eça, não funciona por si só como lugar de bem-estar individual e muito menos de exemplo cívico; nem poderá exercer essa

<sup>5</sup> O texto foi primeiro enviado em carta a Eça de Queirós e depois inserido em *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, de 1892. Citamos a partir desta obra.

<sup>6</sup> Carta a Teófilo Braga, de 12 de março de 1878.

função enquanto os indivíduos – em particular as mulheres – não se consciencializarem dos seus supostos deveres sociais.

A controvérsia remete-nos de novo à moralidade feminina, tal como a equacionam Eça e Zola. Assim como o colega francês, Eça identifica um *tipo geral*: há Emmas em toda a França e Luíças em todo o Portugal. É certo que há homens “marotos” e predadores em igual abundância, mas esse parece ser um vício enraizado nos costumes com o qual se pode conviver, tomando as devidas cautelas. Zola também o admite, ao distribuir culpas pelos dois sexos: “Quantos homens, se fossem francos, confessariam que tiveram em sua vida uma ou duas Emmas” (ZOLA, 1995, p. 111)? Mas o problema que a ambos interessa é a natureza excessiva, mórbida, do psiquismo feminino. Zola, ainda a propósito de *Madame Bovary*, fala do “terrível tédio” das mulheres malcasadas ou “deslocadas” (“déclassées” em francês), que desenvolvem “aspirações vagas, extraordinárias”, do desejo de fuga e da derivação patológica:

Torna-se insana; sente-se gloriosa e vingada. Faz-se tão exigente, tão embaraçosa, imaginando uma fuga com o amante, sonhando com aventuras, com amores eternos, que Rodolphe, aterrorizado em seu egoísmo, abandona-a (ZOLA, 1995, p. 109).

A ardência amorosa desta mulher causa medo ao amante; e o mesmo se passa depois com Léon, que foge “apavorado e saciado”. Também Eça dá como verdade adquirida uma tendência da mulher para a exacerbação nervosa e sensual, cuja manifestação se acentua em certas circunstâncias propiciadoras. Se tal tendência é cultural ou inata é uma questão aqui omissa, mas que estará sempre latente nos textos naturalistas, como a seguir veremos.

### **A natureza feminina: representação**

Como bem explicou Michel Foucault na sua *História da sexualidade*, uma grande obsessão com a sanidade moral generalizou-se ao longo do século XIX, trazendo a público todo um conjunto de informações que antes se considerariam do foro íntimo. O corpo e o prazer – em particular das mulheres e das crianças – passam a ser observados atentamente (por médicos, juristas, romancistas); face à suposta normalidade surgem novas figuras desviantes, criam-se novos conceitos de perversão:

A burguesia começou por considerar que era o seu próprio sexo que era coisa importante, frágil tesouro, segredo de indispensável conhecimento. O personagem que inicialmente foi investido pelo dispositivo de sexualidade, há que não esquecer que foi a “mulher ociosa”, nas fronteiras da sociedade, onde ela devia figurar sempre como valor, e da família, onde lhe era atribuído um quinhão novo de obrigações conjugais e parentais: assim apareceu a mulher



“nervosa”, a mulher atingida de “vapores”; aí encontrou a histerização da mulher o ponto de fixação (FOUCAULT, 1994, p. 123).

É sabido que, na altura, as ciências médicas tinham fortes convicções acerca das debilidades femininas, nomeadamente a propensão para afeções como a nevrose e a histeria; acreditavam, por exemplo, na relação direta entre o descontrolo nervoso e a sensibilidade uterina.<sup>7</sup> Foi, porém, a literatura naturalista quem mais contribuiu para divulgar e “naturalizar” estes mitos científicos que atribuem à estrutura orgânica o desequilíbrio moral das mulheres (SANTANA, 2007). No período a que nos reportamos não faltam textos que retratam especificamente a patologia sexual feminina: *Germinie Lacerteux* e *Nana*, já atrás mencionados, são em parte comparáveis a casos clínicos de gênero; entre os exemplos portugueses destacam-se a novela *A Ruiva* (1879), de Fialho de Almeida (1857-1911), e *O livro d’Alda* (1898), de Abel Botelho (1855-1917), onde o naturalismo científico se apresenta na sua expressão mais radical.

Em *O primo Basílio*, não se menciona propriamente uma “doença”, nem o texto se orienta nesse sentido interpretativo, dado que as causas do desvario são, sobretudo, circunstanciais; há, no entanto, vários passos sugestivos do que então se chamava a origem fisiológica dos comportamentos. Um desses episódios situa-se no final do capítulo VII, quando Luísa, desesperada, desafia os preconceitos e se atreve a procurar Basílio no Hotel Central:

Porque estava num daqueles momentos em que os temperamentos sensíveis têm impulsos indomáveis: há uma delícia colérica em espedaçar os deveres e as conveniências; e a alma procura sofregamente o mal com estremecimentos de sensualidade (QUEIRÓS, s.d. p. 240)!

Curiosamente, tanto Flaubert como Eça optaram por textos curtos para representar casos-limite de patologia amorosa feminina – além de não exigir o mesmo grau de verosimilhança, o conto presta-se mais à exemplaridade alegórica. *Passion et Vertu (Conte philosophique)* (1837) é um texto de juventude de Flaubert, deixado inédito, que a crítica considera um primeiro ensaio de *Madame Bovary*. Não obstante as semelhanças nos enredos, o conto apresenta uma versão bastante mais patética da infidelidade: a protagonista, dominada por uma paixão obsessiva, perde o sentido da realidade e chega ao ponto de matar o marido e os filhos para ir ao encontro do amante; só toma consciência do desinteresse dele quando sabe que fugiu para América, acabando então por se suicidar.<sup>8</sup>

<sup>7</sup>A doença conhecida como histeria (a partir do termo grego *hysteria*, que significa útero) ganhou posteriormente outro conteúdo semântico. A bibliografia sobre este assunto é muito vasta. Ver por exemplo Beizer (1994) e Matlock (1994).

<sup>8</sup>O conto foi publicado em 1910, em G. Flaubert, *Œuvres de Jeunesse*. Sobre a sua hipotética relação com textos de Eça, cf. Vilma Arêas (2002).

O conto de Eça – *No Moinho* – publicado em 1880, já em plena vigência do Naturalismo, incorpora todos os ingredientes habituais: uma mulher frustrada no casamento, perturbada por uma experiência romanesca que lhe sugere outro ideal de vida; a alienação alimentada por leituras românticas; a perda subsequente dos valores morais; o abandono da família e a “queda” na devassidão. Tenderíamos a considerar este breve texto um protótipo da estética naturalista, não fora um certo recorte caricatural pouco compatível com a seriedade que se espera do gênero.

Maria da Piedade – assim se chama, ironicamente, a protagonista – é uma mulher triste que se casou sem amor com um homem mais velho para fugir à pobreza. Resignada com a sorte, entregara-se à função de enfermeira do marido inválido e dos três filhos doentes, sem conceber outra expectativa de felicidade; por isso mesmo, encarna aos olhos do mundo o papel da esposa abnegada e da mãe-de-família exemplar:

A vila tinha quase orgulho na sua beleza delicada e tocante; (...) e era, para a gente que às tardes ia fazer o giro até ao moinho, um encanto sempre novo vê-la por trás da vidraça, entre as cortinas de cassa, curvada sobre a sua costura, vestida de preto, recolhida e séria (...).

Toda a sua ambição era ver o seu pequeno mundo bem tratado e bem acarinhado. Nunca tivera desde casada uma curiosidade, um desejo, um capricho: nada a interessava na Terra senão as horas dos remédios e o sono dos seus doentes. Todo o esforço lhe era fácil quando era para os contentar: apesar de fraca, passeava horas trazendo ao colo o pequerrucho, que era o mais impertinente, com as feridas que faziam dos seus pobres beicinhos uma crosta escura: durante as insónias do marido não dormia também, sentada ao pé da cama, conversando, lendo-lhe as *Vidas* dos santos, porque o pobre entevado ia caindo em devoção (QUEIRÓS, 2008, p. 207-209).

Na verdade, a personagem aqui retratada não representa propriamente uma mulher “normal” e está longe de configurar o “tipo geral” preconizado pelo romance crítico: há excesso de virtude no seu carácter e falta de verossimilhança no ambiente algo grotesco em que é colocada. Segue-se a disrupção provocada pela visita do primo Adrião, que a beija durante um passeio ao moinho e que logo se arrepende do pecado cometido – também o galã foge ao tipo geral do “desencaminhador”. Nada mais de condenável acontece, mas, para aquela natureza reprimida, o breve episódio afetivo tem o poder de uma revelação:

Amava-o. Desde os primeiros dias, a sua figura resoluto e forte, os seus olhos luzidios, toda a virilidade da sua pessoa, se lhe tinham apossado da imaginação (...).

A realidade tornava-se-lhe odiosa, sobretudo sob aquele aspecto da sua casa, onde encontrava sempre agarrado às saias um ser enfermo. Vieram as primeiras revoltas. Tornou-se impaciente e áspera. (...) Veio-lhe o nojo das garrafadas, dos emplastos, das feridas dos pequenos a lavar. Começou a ler



versos. Passava horas só, num mutismo, à janela, tendo sob o seu olhar de virgem loura toda a rebelião de uma apaixonada (QUEIRÓS, 2008, p. 216-217).

No corpo e na alma de Maria da Piedade o mal estava feito e a devastação moral era irreversível. O mal? Deveremos entendê-lo assim, se aceitarmos a explicação científica do narrador, apontando para um diagnóstico típico de histeria:

O seu amor desprende-se pouco a pouco da imagem de Adrião e alargou-se, estendeu-se a um ser vago que era feito de tudo o que a encantara nos heróis de novela; era um ente meio príncipe e meio facínora, que tinha sobretudo a força. Porque era isto que admirava, que queria, por que ansiava nas noites cálidas em que não podia dormir – dois braços fortes como aço que a apertassem num abraço mortal, dois lábios de fogo que num beijo lhe chupassem a alma. Estava uma histérica (...).

A santa tornava-se Vênus.

E o romanticismo mórbido tinha penetrado tanto aquele ser, e desmoralizara-o tão profundamente que chegou ao momento em que bastaria que um homem lhe tocasse, para ela lhe cair nos braços: – e foi o que sucedeu enfim, com o primeiro que a namorou, daí a dois anos. Era o praticante da botica (QUEIRÓS, 2008, p. 217-218).

A descrição da doença associa dois agentes patogénicos conhecidos dos textos naturalistas: a exacerbação do instinto e a fantasia literária, ou o que hoje designaríamos por transferência imaginária do objeto de desejo. Estes transtornos do corpo e da mente femininos abrem caminho certo à tragédia ou – como é o caso – à depravação: o homem por quem trocou a família é “um maganão, odioso e sebento, (...) cheira a suor: e pede-lhe dinheiro emprestado para sustentar uma Joana, criatura obesa, a quem chamam na vila – a *Bola de unto*” (QUEIRÓS, 2008, p. 218).

A lição a retirar da história poderia, pois, ser idêntica à das heroínas dos romances anteriores – o adultério e a fantasia corrompem o espírito e conduzem à perdição. O conto admite, todavia, leituras diferentes, consoante a perspetiva que se escolher: fiel à neutralidade prescrita pelo naturalismo, o narrador evita tecer comentários e envolver-se na história narrada; descreve a morbidez de um ponto de vista exterior, mas nunca se compromete em relação a ele – é “a vila” quem admira a “santa” e quem se escandaliza com a “Vênus”. Maria da Piedade é declarada doente e proscrita pela sociedade, mas é possível que no final do trajeto torpe, mesmo explorada pelo amante, seja mais feliz do que no início, pois nada indicia arrependimento nem se concretiza a habitual tragédia familiar. O texto abre, assim, uma ambiguidade interpretativa que lança suspeição sobre a tese que se pretende demonstrar: a verdade moral não coincide necessariamente com a verdade natural. Faz sentido recordar mais uma vez as palavras de David Baguley:

O adultério é assim a violação de um código, a transgressão de barreiras, provocando uma dissolução na precária estabilidade da ordem social. Mas também é a emergência do ‘natural’, do instintivo, do primordial, do sexual, afirmando-se para subverter aquela ordem. (BAGULEY, 1990, p. 208, tradução da autora).

## O poder ambivalente da literatura

A crítica feminista desmonta facilmente os preconceitos paternalistas e androcêntricos que se insinuam nos textos deste período.<sup>9</sup> Não sendo esse o propósito deste estudo, ainda assim, cabe observar a inconsistência dos escritores naturalistas quando rotulam de fragilidade os gestos de rebeldia e de autodeterminação das mulheres. A crítica ao consumo de literatura romanesca é particularmente reveladora de insegurança, na medida em que a criação literária se promove como ato educativo, mas exige um grande controle na sua recepção. A leitura de romances, uma das poucas atividades intelectuais acessíveis às mulheres oitocentistas, era ao mesmo tempo fonte de conhecimento e objeto de desconfiança: se por um lado alimentava o espírito com uma “ilustração” recreativa, por outro lado inquietava pelo seu potencial conteúdo perturbador.

Moralizar através de romances pode ser entendido como contraditório quando o gênero se presta à desmoralização. Por isso mesmo, a censura literária constitui um *topos* constante dos escritores naturalistas, que não querem ver as suas obras comparadas com as novelas sentimentais. Ao proporem às mulheres, como alternativa, os encantos do lar e da maternidade, escamoteavam o poder libertador daquela odiada literatura:

A irrealdade das histórias românticas era, deste ponto de vista, uma expressão de fraqueza, uma inabilidade para gerir a autoidentidade frustrada pela vida social. Todavia a literatura romântica era também (e ainda é) uma literatura de esperança, uma espécie de recusa (GIDDENS, 2001, p. 30).

No seu zelo moralista, esqueciam-se de que as mulheres tinham ganho, com o hábito da leitura, o direito a sonhar com outro tipo de vida, mesmo se irreal; que – como sublinha A. Giddens – ao reverem-se no papel de heroínas românticas, elas procuravam na fantasia o que lhes era negado no mundo comum. Por ironia, também chegaria a vez de o romance naturalista fazer parte do *índice* da literatura alienante e “perigosa”.

A reputação de imoralidade era habitual e até compreensível nos setores mais conservadores da sociedade, que mantinham esses livros arredados das senhoras; os próprios autores o reconhecem e se defendem das leituras “erradas”, como vimos. Surpreende, porém,

<sup>9</sup> Vejam-se, nessa perspectiva, os estudos de Maria Saraiva de Jesus (1998), e de Maria Manuel Lisboa (2008).

que tal denúncia surja nas próprias obras naturalistas, como sucede em *A normalista* (1893), de Adolfo Caminha.<sup>10</sup> O autor brasileiro, muito ousado para a época, empreende neste romance uma sátira feroz à sociedade urbana cearense, acusando-a de alto a baixo de corrupção moral. A história infeliz de Maria do Carmo, uma sertaneja órfã deixada ao cuidado do padrinho, que acaba por a seduzir, pretende expor os malefícios provocados pelo ambiente depravado da cidade. A educação feminina, quer dentro de portas quer nos colégios, também recebe fortes críticas: nas famílias campeira a hipocrisia, e a Escola Normal é um espaço pouco recomendável, onde as meninas segregam intrigas e trocam segredos impróprios da idade. Entre os exemplos deseducativos, aponta-se a leitura clandestina de um livro “escabroso”, emprestado à protagonista por uma amiga: nada mais nada menos que *O primo Basílio*:

Maria folheou ao acaso aquela obra-prima, disposta a devorá-la. E, com efeito, leu-a de fio a pavio, página por página, linha por linha, palavra por palavra, devagar, demoradamente. (...) Que regalo todas aquelas cenas da vida burguesa! Toda aquela complicada história do *Paraíso!*... A primeira entrevista de Basílio com Luiza causou-lhe uma sensação estranha, uma extraordinária sobreexcitação nervosa; sentiu um como formigueiro nas pernas, titilações em certas partes do corpo, prurido no bico dos seios púberes (...). E veio-lhe à mente o Zuza: se pudesse ter uma entrevista com o Zuza e fazer de Luíza... (CAMINHA, 2007, p. 33-34).

Como se vê, o romance naturalista suscita o mesmo desvio – a leitura de identificação – que se atribuía às novelas românticas, com a agravante de ter um efeito erotizante, dada a natureza reveladora das descrições. As duas meninas comentam os episódios picantes que lhes desvendam os interditos do amor perante o silêncio completo do narrador. Estranha-se esse silêncio, num autor tão consciente dos méritos de Eça de Queirós.<sup>11</sup> Idêntica ambiguidade sucede quando um jornalista se afirma descrente da inocência feminina: “Hoje não há que fiar em moças, pobres ou ricas. (...) Leem Zola, estudam anatomia humana e tomam cerveja nos cafés” (CAMINHA, 2007, p. 81). Implicitamente, o naturalismo é considerado assunto de homens e pode mesmo ser nocivo às frágeis mentes femininas.

Há, entretanto, em *A normalista*, algumas opiniões explícitas sobre a instrução mais adequada para as jovens estudantes. Um professor de Geografia, por exemplo, recomenda-lhes Júlio Verne, fonte de “conhecimentos úteis e agradáveis”, em lugar das “historiazinhas fúteis de amores galantes”, como a *Dama das Camélias* (CAMINHA, 2007, p. 72); e um folheminista de ideias avançadas critica “a falta absoluta de quem saiba dirigir a mocidade feminina” e a inutilidade da Escola Normal, “um estabelecimento anacrônico, onde as moças vão tagarelar,

<sup>10</sup> Agradeço a Julçara Cavalcante ter-me dado a conhecer este texto de A. Caminha.

<sup>11</sup> Em dado momento critica-se o “ódio injusto” do ilustrado Zuza aos autores portugueses, que o leva a não ler Eça e a exagerar o valor de *A Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo (CAMINHA, 2007, p. 86).

vão passar o tempo a ler romances”;<sup>12</sup> este porta-voz do autor afirmava, convicto, “que nós ainda não tínhamos compreendido o importante papel da mulher na civilização” (CAMINHA, 2007, p. 181-182).

Sintomaticamente, no final do romance toda a sociedade cearense está em mudança. No Brasil, sopravam os novos ventos da República; a normalista, refeita da tragédia, prepara-se para casar com um alferes da polícia e vê diante de si um futuro luminoso; e o programa da Escola, do qual consta educação física, intelectual, cívica e religiosa, foi remodelado segundo os preceitos de Herbert Spencer e Pestalozzi. À imagem da Europa positivista, o progresso moral do país – ou, pelo menos, o das jovens brasileiras – não passa pela ficção. A literatura moderna está sob suspeição.

### Considerações finais

Uma das conclusões possíveis desta reflexão é que moralismo e naturalismo nem sempre se harmonizam bem. Um projeto de alcance reformador exige convicções fortes, uma ideia sustentada do progresso da sociedade assente na defesa de valores morais; foi esse o intuito ideológico que animou os seguidores desta estética, numa época marcada por grandes utopias político-sociais. A pedagogia familiar, a crítica ao adultério e ao idealismo romântico constituem, em teoria, um programa inspirado em boas intenções. Ora, como vimos, os textos naturalistas facilmente derogam os seus pressupostos, deixando entrever uma certa descrença na virtude do ser humano e na capacidade da literatura para o aperfeiçoar. A inflexão posterior de muitos escritores traduz esse conflito, levando os mais talentosos a optar pela liberdade da arte em detrimento dos limites da moral.

### Referências bibliográficas:

ARÊAS, Vilma. Honra e Paixão versus Passion et Vertu. In: MARGATO, I. (org.). *Figuras da lusofonia. Cleonice Beradinelli*. Lisboa: Instituto Camões, 2002, p. 78-84.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de (pseud. Eleazar). Eça de Queiros: *O Primo Basílio. O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16/4/1878. Reproduzido em *A Actualidade*, Porto.

BAGULEY, David. *Naturalist fiction. The entropic vision*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

---

<sup>12</sup> Por ironia, ele próprio prepara um romance naturalista, “Os Mistérios de Arronches”, no intuito de fundar uma escola “mais consentânea com o estado atual da ciência”. (CAMINHA, 2007, p. 181).

BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Editora Lugan et Genelioux, Sucess., 1892.

CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CASTILHO, Guilherme de (ed.). *Eça de Queirós. Correspondência*. Vol. I. Lisboa: INCM, 1983.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Paris: Garnier-Flammarion, 1979.

\_\_\_\_\_. *Passion et vertu. Œuvres de jeunesse*. Paris: Louis Conard, Libraire-Éditeur, 1910. [<http://beq.ebooksgratuits.com/vents/Flaubert-jeunesse-1.pdf>].

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, vol. I: A vontade de saber. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água, 1994.

GIDDENS, Anthony. *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Rosa Maria Perez. Oeiras: Celta Editora, 2001.

JESUS, Maria Saraiva de. Alguns estereótipos sobre a mulher na segunda metade do século XIX. *Veredas*, n. 1, p. 149-163, 1998.

LISBOA, Maria Manuel. *Uma mãe desconhecida: amor e perdição em Eça de Queirós*. Lisboa: INCM, 2008.

MATLOCK, Jann. *Scenes of seduction, prostitution, hysteria and reading difference in 19th Century France*. New York: Columbia University Press, 1994.

MITTERAND, Henri. Zola théoricien et critique du roman. In: ZOLA, Émile. *Du Roman. Sur Stendhal, Flaubert et les Goncourt*. Bruxelles: Editions Complexe, 1989.

PERROT, Michelle. A família triunfante; Funções da família. In: DUBY, George ; ARIÈS, Philippe. *História da vida privada*, vol. 4. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.

QUEIRÓS, José Maria Eça de. *Contos I*. Edição crítica de Marie-Hélène Piwnik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

\_\_\_\_\_. *O primo Basílio. Episódio doméstico*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

SANTANA, Maria Helena. *Literatura e ciência na ficção do século XIX: a narrativa naturalista e pós-naturalista portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

ZOLA, Émile. *Do romance*. Trad. Plínio A. Coelho. São Paulo: Editora Imaginário, 1995.

## Naturalism and morality or the power of literature

**Abstract:** For naturalist writers, particularly those affiliated with Positivism, the promotion of family values was an important ideological injunction. However, intention and literary practice do not always coincide in clear terms: the debate on moral issues divided critics and novelists, either used as an accusation or defence tool with valid arguments from both sides. The striking point – for the perceptive reader – is the conceptual relativism of morality, especially on what concerns the “natural” weakness of women. Our discussion of these issues is grounded in texts of French, Portuguese and Brazilian authors in which raises the question of the social power of literature.

**Keywords:** Naturalism. Morality. Family. Female nature.

**Recebido em:** 22 de agosto de 2015.

**Aprovado em:** 12 de novembro de 2015.